

2 Aos catorze dias de abril de dois mil e dezoito, às nove horas e quarenta minutos, na
3 sede do Conselho Federal de Psicologia – CFP, situado no Setor de Administração
4 Federal Sul, quadra dois, bloco “B”, Edifício Via Office, térreo, sala cento e quatro,
5 Brasília, Distrito Federal, iniciou-se o segundo dia da décima sétima plenária do
6 décimo sétimo plenário do Conselho Federal de Psicologia. Estavam presentes Ana
7 Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, Célia Zenaide da Silva; Elizabeth de Lacerda
8 Barbosa; Fabian Javier Marin Rueda; Jureuda Duarte Guerra; Marisa Helena Alves;
9 Norma Celiane Cosmo, Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa; Paulo Roberto Martins
10 Maldos, Rogério Giannini, Sandra Elena Spósito. Foram justificadas as ausências de
11 Andréa Esmeraldo Câmara, Clarissa Paranhos Guedes, Cleia Oliveira Cunha, Daniela
12 Sacramento Zanini, Fabiana Itaci Corrêa de Araújo, Iolete Ribeiro da Silva, Junia
13 Maria Campos Lara, Maria Márcia Badaró Bandeira, Pedro Paulo Gastalho de
14 Bicalho, Regina Lúcia Sucupira Pedroza, Rosane Lorena Granzotto. Ana Sandra
15 iniciou a reunião, pelo ponto: **1. ATAS DA 16ª PLENÁRIA** (março): as atas foram
16 aprovadas por unanimidade e uma abstenção de Paulo Aguiar. **2. DEFINIÇÃO DA**
17 **DELEGAÇÃO DA APAF:** foram sugeridos os nomes de Rogério Giannini, Pedro
18 Paulo Bicalho e Ana Sandra como delegados efetivos. Norma Celiane e Jureuda
19 Guerra ou Marisa Helena como convidadas. Sandra Spósito e Iolete Ribeiro como
20 suplentes. Essa sugestão foi aprovada por unanimidade. **3. SOLICITAÇÃO DO**
21 **CRP-15 – APOIO DO CFP EM FUNÇÃO DE ATUAÇÕES DA GESTÃO DE**
22 **PESSOAS DO INSS:** Miraci Astun explicou que a categoria de assistentes sociais
23 conquistou a jornada de trinta horas, mas o INSS – Instituto Nacional do Seguro
24 Social realizou concurso com jornada de quarenta horas. Iniciou-se então um debate
25 sobre a jornada dos trabalhadores do INSS, do seguro social. Assim, a Gestão de
26 Pessoas do INSS solicitou nota técnica ao MPOG – Ministério do Planejamento,
27 Orçamento e Gestão a respeito da jornada de trabalho e possibilidade de acúmulo de
28 cargos. O MPOG fez um despacho indicando que quatro profissões não fazem parte
29 da área da saúde: Serviço Social, Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Psicologia. O
30 CFP pediu reunião com o diretor do INSS, juntamente com a Fenapsi – Federação
31 Nacional de Psicólogos. O CFP apresentou a Portaria do CNS – Conselho Nacional
32 de Saúde que regulamenta a Psicologia como profissão de saúde. O diretor do INSS
33 deixou claro que no seguro social há um entendimento dos médicos peritos de que
34 outras profissões não devem fazer parte da área da saúde. Marisa Helena perguntou se
35 é preciso que esse psicólogo esteja inscrito no CRP. Ela alertou que a pessoa prestou
36 um concurso que não é para psicólogo, mas pode ter a vaga apenas porque possui
37 graduação de Psicologia e contou que essa discussão se relaciona com outro ponto de
38 pauta que será discutido adiante. Miraci Astun explicou que há o “cargo largo” (que
39 aceita diplomas de vários cursos diferentes) e há o cargo de analista psicólogo. O
40 problema não é esse, a questão é que o “cargo largo” exige habilidades da área da
41 saúde. Explicou que o CFESS – Conselho Federal de Serviço Social está nesta luta há
42 muito tempo e agora o CFP está sendo demandado a se posicionar. Então é preciso
43 definir se o CFP terá alguma atuação para exigir que a Psicologia seja reconhecida
44 como profissão de saúde. O objetivo não é discutir jornada, mas sim esclarecer que
45 Psicologia é profissão de saúde. Ana Sandra falou da importância de reconhecer a
46 psicologia e outras profissões como da área de saúde, pois há uma supremacia dos
47 médicos que causa implicações, como, por exemplo, o fato de somente atestados
48 médicos terem credibilidade nas empresas, de modo que os atestados psicológicos e
49 outros são ignorados. Norma Celiane informou que há um documento que o CFP, a
50 Anpepp – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, e a
Abep – Associação Brasileira de Ensino de Psicologia produziram que explica que a

52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

Psicologia é da área da saúde e também da social e sugeriu que esse documento seja utilizado. Após a leitura cuidadosa dos documentos de subsídio desse ponto e breve debate, o plenário entendeu que não é uma pauta que o CFP deve atuar, uma vez que ficou claro que a reivindicação é para que as psicólogas do INSS possam ter o acúmulo de cargos, ou seja, que possam trabalhar quarenta horas no INSS e ainda ter outro cargo público. Isso vai no sentido contrário do que o CFP defende a respeito da redução de jornada de trabalho, a qual deve priorizar a qualidade de vida. Ficou explicado que o INSS não questiona que o psicólogo é profissional da saúde, mas coloca que no INSS esses profissionais não estão atuando como profissionais de saúde. Houve informe de que já há uma reunião marcada para o dia 25 de abril com o diretor do INSS e o CFP e a Fenapsi estarão presentes, mas não haverá a defesa que o CRP-15/AL está solicitando. Rogério Giannini esclareceu que se o concurso foi para analista de seguro social, o fato de permitir que o cargo seja ocupado por psicólogos de formação, ou terapeutas ocupacionais ou fisioterapeutas ou assistentes sociais, não determina que essas pessoas estejam desempenhando a função de seu curso superior. Explicou que o analista de seguro social não executa as atribuições de um psicólogo ou de assistente social, por exemplo, são outras atribuições. Jureuda Guerra alertou que a resposta deve ser muito cuidadosa para não gerar outras interpretações, como, por exemplo, de que o CFP se furta ao debate sobre a redução da jornada de trabalho, que, apesar de ser função do sindicato, é algo que tem o apoio do CFP. **4. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CFP – EXERCÍCIO 2017:** Norma Celiane apresentou a base legal para a prestação de contas, em seguida mostrou a análise contábil dos resultados do exercício: a receita estimada para o exercício de 2017 foi de R\$ 32.406.569,91 (trinta e dois milhões quatrocentos e seis mil quinhentos e sessenta e nove reais e noventa e um centavos), sendo R\$ 32.249.333,91 (trinta e dois milhões duzentos e quarenta e nove mil trezentos e trinta e três reais e noventa e um centavos) como receitas correntes e R\$ 157.236,00 (cento e cinquenta e sete mil e duzentos e trinta e seis reais) como receitas de capital. A arrecadação das receitas correntes foi de R\$ 31.528.724,41 (trinta e um milhões quinhentos e vinte e oito mil setecentos e vinte e quatro reais e quarenta e um centavos), enquanto receitas de capital foram arrecadados R\$ 225.433,56 (duzentos e vinte e cinco mil quatrocentos e trinta e três reais e cinquenta e seis centavos), o que representa 97% (noventa e sete por cento) e 143% (cento e quarenta e três por cento) respectivamente em relação aos valores estimados. Norma Celiane apresentou as despesas: a despesa fixada para o exercício de 2017 foi de R\$ 33.023.425,82 (trinta e três milhões vinte e três mil quatrocentos e vinte e cinco reais e oitenta e dois centavos), sendo R\$ 31.958.363,82 (trinta e um milhões novecentos e cinquenta e oito mil trezentos e sessenta e três reais e oitenta e dois centavos) para despesas correntes e R\$ 1.065.062,00 (um milhão sessenta e cinco mil sessenta e dois reais) para despesas de capital. As despesas correntes do exercício foram de R\$ 26.474.338,37 (vinte e seis milhões quatrocentos e setenta e quatro mil trezentos e trinta e oito reais e trinta e sete centavos), enquanto as despesas de capital foram de R\$ 578.161,20 (quinhentos e setenta e oito mil cento e sessenta e um reais e vinte centavos), o que representa 82% (oitenta e dois por cento) e 54% (cinquenta e quatro por cento) respectivamente em relação às despesas fixadas para o exercício. As despesas realizadas no exercício de 2017 tiveram um decréscimo de 3% (três por cento) em relação ao ano anterior. Sobre restos a pagar, Norma Celiane informou que dos R\$ 27.052.499,57 (vinte e sete milhões cinquenta e dois mil quatrocentos e noventa e nove reais e cinquenta e sete centavos) empenhados no exercício, R\$ 24.024.622,15 (vinte e quatro milhões vinte e quatro mil seiscentos e vinte e dois reais e quinze centavos) foram pagos ainda em 2017, e R\$ 3.027.877,42

Jureuda

Rogério

Norma

Marcelo

Paulo

Luiz

102
103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131
132
133
134
135
136
137
138
139
140
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150

(três milhões vinte e sete mil oitocentos e setenta e sete reais e quarenta e dois centavos) foram inscritos em restos a pagar, sendo 1.937.744,97 (um milhão novecentos e trinta e sete mil setecentos e quarenta e quatro reais e noventa e sete centavos) como processados e R\$ 1.090.132,45 (um milhão noventa mil cento e trinta e dois reais e quarenta e cinco) como não processados. Concluiu que confrontando as receitas realizadas com as despesas empenhadas, o Balanço Orçamentário apresenta um superávit de R\$ 4.701.658,40 (quatro milhões setecentos e um mil seiscentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos). Analisando separadamente orçamento corrente e orçamento de capital, os resultados foram os seguintes: Superávit de R\$ 5.054.386,04 (cinco milhões cinquenta e quatro mil trezentos e oitenta e seis reais e quatro centavos) no orçamento corrente e déficit de R\$ 352.727,64 (trezentos e cinquenta e dois mil setecentos e vinte e sete reais e sessenta e quatro centavos) no orçamento de capital. Norma Celiane informou que o patrimônio líquido do CFP em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 30.369.359,89 (trinta milhões trezentos e sessenta e nove mil trezentos e cinquenta e nove reais e oitenta e nove centavos) enquanto ao final de 2017 o valor é de R\$ 29.467.243,65, (vinte e nove milhões quatrocentos e sessenta e sete mil duzentos e quarenta e três reais e sessenta e cinco centavos), representando uma variação patrimonial negativa de R\$ 902.116,24 (novecentos e dois mil cento e dezesseis reais e vinte e quatro centavos). O CFP iniciou o ano de 2017 com o montante de R\$ 11.687.274,48 (onze milhões seiscentos e oitenta e sete mil duzentos e setenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) de dinheiro em conta e um passivo circulante (obrigações de curto prazo) de R\$ 2.991.717,52 (dois milhões novecentos e noventa e um mil setecentos e dezessete reais e cinquenta e dois centavos), acarretando em um saldo financeiro de R\$ 8.695.556,96 (oito milhões seiscentos e noventa e cinco mil quinhentos e cinquenta e seis reais e noventa e seis centavos). Ao final do exercício, o CFP apresentou um montante de R\$ 18.912.612,87 (dezoito milhões novecentos e doze mil seiscentos e doze reais e oitenta e sete centavos) como disponível em caixa e um passivo circulante (obrigações de curto prazo) de R\$ 6.904.984,49 (seis milhões novecentos e quatro mil novecentos e oitenta e quatro reais e quarenta e nove centavos), acarretando em um saldo financeiro de R\$ 12.007.628,38 (doze milhões sete mil seiscentos e vinte e oito reais e trinta e oito centavos). As despesas de pessoal somaram o total de R\$ 14.925.993,83 (catorze milhões novecentos e vinte e cinco mil novecentos e noventa e três reais e oitenta e três centavos), o que representa 47% (quarenta e sete por cento) sobre a receita corrente. Aberto o debate, houve pergunta a respeito do impacto da inadimplência no orçamento do CFP. Norma Celiane esclareceu que na previsão de arrecadação dos CRPs já é feita uma previsão de inadimplência e isso é informado ao CFP. O orçamento do CFP é feito a partir dos orçamentos dos CRPs. Houve pergunta sobre a possibilidade de contratação de mais funcionários para o CFP. Antônio José Rodrigues Neto (Gerência Administrativa e Financeira do CFP) esclareceu que não é possível, pois o comprometimento de valores com a folha de pagamento do CFP já está próximo ao limite colocado pela LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele explicou que os Conselhos não se submetem a essa lei, mas ela deve servir como norteadora. Antônio José Rodrigues Neto também alertou que há processos trabalhistas contra o CFP prestes a serem concluídos, cujo valor será exorbitante para o CFP pagar. Sandra Spósito lembrou que o CFP fechou o ano com superávit, no entanto, algumas ações precisaram ser limitadas e isso não é positivo. Rogério Giannini e Norma Celiane lembraram que o orçamento de 2016 foi feito pela gestão passada e ficou combinado que no próximo planejamento estratégico, todo o plenário poderá avaliar o quadro financeiro antes de definirem as ações. Jureuda Guerra fez

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

152
153
154
155
156
157
158
159
160
161
162
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190
191
192
193
194
195
196
197
198
199
200

perguntas sobre a diferença dos valores orçados e arrecadados. Norma Celiane esclareceu que alto percentual entre receita orçada e arrecada da rubrica “Outras Receitas” deve-se a restituição de R\$ 274.387,35 (duzentos e setenta e quatro mil trezentos e oitenta e sete reais e trinta e cinco centavos) pela Universidade de São Paulo, referente a saldo residual de convênio firmado em exercício anterior. Marisa Helena perguntou por que a Cota Parte percentualmente vem diminuindo. Norma Celiane esclareceu que o valor da anuidade depende do índice do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor. **5. APRECIÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE 2016 E DOS CONSELHOS REGIONAIS:** Norma Celiane apresentou os dados detalhados e, em seguida, um resumo feito pela equipe técnica, recomendando aprovação plena para o CRP-07/RS; aprovação com recomendações para os CRPs 03/BA, 04/MG, 09/GO, 12/SC, 15/AL, 16/ES e 23/TO; e aprovação com ressalvas para os CRPs 01/DF, 02/PE, 05/RJ, 06/SP, 08/PR, 10/PA/AP, 11/CE, 13/PB, 14/MS, 17/RN, 18/MT, 19/SE, 20/ AM/AC/RR/RO, 21/PI e 22/MA. Norma Celiane esclareceu que a equipe do CFP poderá fazer um trabalho de assistência técnica aos CRPs, orientando para que consigam ajustar suas prestações de contas. Em regime de votação as prestações de contas dos CRPs foram aprovadas por unanimidade. **6. 10º CNP (CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA) – SUGESTÕES DE TEMAS E EIXOS:** Jureuda Guerra e Marisa Helena Alves apresentaram o ponto. Elas informaram que há uma reunião da Comorg – Comissão Organizadora Nacional marcada para o dia 19 de abril. Foram apresentados os temas e eixos de CNPs anteriores. Em seguida, o plenário passou a discutir o tema para a décima edição do evento. Paulo Aguiar sugeriu que o tema considere as atuais perdas das políticas públicas e a questão laicidade. Foram apresentados também os temas indicados pelos CRPs. Rogério Giannini falou da importância de ter um eixo voltado para denunciar a violência legitimada que tem acontecido. Paulo Maldos avaliou que os CNPs retratam o espírito da época e o olhar da Psicologia, assim, o décimo CNP deve ser fiel à história e demarcado como impactante, pelo momento que estamos sofrendo. Indicou a necessidade de refletir o ataque, a ruptura, o retrocesso contra toda a história anterior de construção. Jureuda Guerra informou que há uma ideia de construir um texto de apresentação contextualizando os temas anteriores e a relação com seus momentos políticos. Ficou encaminhado que todos pensarão em temas e eixos para o CFP levar para a reunião da Comorg em 19 de abril. Ficou combinado também que Paulo Maldos escreverá um texto, para subsidiar as conselheiras na reunião da Comorg. Em seguida foi apresentada a proposta de cronograma, que será apreciada pela Comorg na reunião de 19 de abril. **7. PSICOLOGIA E SUS:** Ana Sandra informou que a reunião que aconteceu no dia 10 mostrou que estamos em um momento muito complicado, por isso, há a ideia de realizar um diálogo com outros atores sobre o SUS – Sistema Único de Saúde, ouvir parceiros e fazer uma transmissão de um dia de debates da psicologia e seu compromisso com a defesa do SUS. **8. JULGAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO (Protocolo SEI nº 576600003.000033/2017-57):** Marisa Helena Alves informou que está como revisora neste processo, o qual é um pedido de cancelamento de registro profissional que foi negado pelo CRP-16/ES. A relatora do processo manteve o voto do CRP. Marisa Helena leu o relatório com o voto de acordo com o CRP-16/RS e com a relatora. Elizabeth de Lacerda Barbosa falou da importância de considerar a descrição do cargo nessas situações. O plenário discutiu o assunto e concluiu que é necessário que psicólogos tenham o registro para garantir a fiscalização do trabalho, assim, se a atuação do psicólogo em tela não exige a fiscalização do CRP, não há porque manter a inscrição no Conselho, pois o que o psicólogo precisa ter para exercer seu trabalho

Handwritten signatures and initials: Jureuda, Ana Sandra, Paulo Maldos, Rogério, Elizabeth, etc.

202
203
204
205
206
207
208
209
210
211
212
213
214
215
216
217
218
219
220
221
222
223
224
225
226
227
228
229
230
231
232
233
234
235
236
237
238
239
240
241
242
243
244
245
246
247
248
249
250

neste caso é apenas um curso superior. Foi esclarecido que o CRP não irá orientar nem fiscalizar a prática dele, então não faz sentido cobrar a anuidade, pois a anuidade é para garantir a fiscalização. Ana Sandra formulou novo voto para conceder o cancelamento solicitado pelo psicólogo. Assim, em regime de votação, maioria acompanhou o voto de Ana Sandra para conceder o cancelamento do registro solicitado pelo psicólogo e contrário ao posicionamento do CRP-16/ES. Houve intervalo para o almoço às treze horas. A reunião foi retomada às catorze horas. **9. SOLICITAÇÃO DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA:** o plenário leu o resumo do artigo “Direitos sexuais e reprodutivos e a esterilização da pessoa com deficiência”. Célia Zenaide explicou que a ideia colocada no texto parece ir contra a LBI – Lei Brasileira de Inclusão. O Plenário observou que o Ministério Público pede apreciação do CFP a respeito do artigo, e é a própria autora do artigo que assina o ofício de envio ao CFP. Foi encaminhado que Sandra Spósito, Jureuda Guerra e Paulo Aguiar vão se debruçar sobre o artigo e emitirão um parecer para o plenário definir uma resposta. **10. AUDIÊNCIA NA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO – ESTÁGIOS POR ALUNOS DE CURSOS SUPERIORES:** O Conselho Federal de Psicologia recebeu convite da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região para participar de audiência sobre os estágios realizados por alunos de cursos superiores. Estiveram presentes na audiência as funcionárias Camila Alves e Carolina Barbosa, a pedido do CFP, e representantes de diversos Conselhos Profissionais. Na audiência, a senhora Maricé Coelho de Barros Pereira, Procuradora do Trabalho, discorreu sobre o tema e apresentou questões críticas relacionadas aos estágios e o formatos que estes vêm sendo oferecidos. Em seguida, deu a palavra para os representantes dos Conselhos Profissionais discorrerem sobre as dificuldades/denúncias de estágios irregulares nas suas respectivas áreas. Vários Conselhos Profissionais relataram problemas com estágios de cursos ministrados à distância, estágio de profissionais que já estão na pós-graduação e dificuldades no relacionamento com o MEC – Ministério da Educação no que concerne a fiscalização de estágios e atualização de Diretrizes Curriculares Nacionais. A sugestão mais recorrente, dada pelos Conselhos Profissionais presentes, foi criar mecanismos que permitam os Conselhos Profissionais fiscalizarem os estágios diversos. A procuradora solicitou aos Conselhos Profissionais que enviem, no prazo de 15 dias, a legislação e outros documentos publicados por cada Conselho Profissional que abarque o tema de estágio em nível superior. Também solicitou sugestões dos Conselhos Profissionais para este assunto. Por fim, a procuradora informou que realizará nova audiência, provavelmente no mês de junho, e que convidará o Ministério Público Federal e os Conselhos Profissionais para diálogo. O Plenário do CFP fez breve discussão e chegou à conclusão de que a responsabilidade de fiscalizar os estágios não é do CFP nem dos CRPs, conforme previsão da Lei 5766/1971 e 4119/1962, mas sim do próprio MPT - Ministério Público do Trabalho. A lei do estágio deve ser respeitada e é o supervisor que deve estar atento a isso. Foi combinado que o CFP deverá produzir uma Carta de Orientações específica sobre o estágio. Foi combinado também que o CFP deve orientar os CRPs para informarem o MPT sempre que encontrarem uma situação irregular de estágio nas fiscalizações. **11. CONVITE DEBATE PÚBLICO EM DEFESA DA CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA – PPFDC-MPF E REPRESENTAÇÃO PARA O COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO PELA SOCIEDADE CIVIL PARA A CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA (CASC-CLASSIND)/ML:** Iolete Ribeiro foi

Bo
Marcos
J. J.
[Handwritten signatures]

indicada pelo Plenário para representar o CFP no CASC-CLASSIND, mas foi destacado que haverá um evento sobre essa temática no dia 24, para o qual Iolete não poderá ir. Foram levantados os nomes de Yves de La Taille e Roseli Goffman, mas ficou encaminhado que Iolete Ribeiro será consultada, para saber se tem a indicação de alguém. Havendo uma indicação, tanto Iolete Ribeiro quanto Daniel Arruda (Gerência de Relações Institucionais do CFP) deverão conversar com o convidado para contextualizá-lo sobre o assunto e sobre a representação. Foi combinado também que, se houver possibilidade, o diálogo digital do qual Iolete Ribeiro participará nesse dia, poderá ser adiado em algumas horas ou, se necessário, Jureuda Guerra poderá substituí-la na mediação do diálogo digital, para Iolete Ribeiro ir para a atividade externa. **12. V CBP – CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOLOGIA:** Fabian Rueda apresentou a lista de trabalhos inscritos até o momento por entidades, mostrando que chegaram quatro trabalhos por enquanto e o CFP deve definir quem será seu representante nessas atividades. Para a mesa “Desafios da Publicação científica no Brasil”, da ABECIPSI - Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia, foi indicado o nome de Neuza Guareschi. Para a mesa “Desafios e perspectivas futuras na formação e atuação em Psicologia do Desenvolvimento”, da ABPD – Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento, foi sugerido que se consulte a Abep – Associação Brasileira de Ensino de Psicologia a respeito. Para a mesa “Contribuições da psicometria para o avanço da Psicologia Positiva no Brasil”, do Ibap – Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica, foi indicada Daniela Sacramento Zanini. Para a mesa “Coaching e Orientação Profissão e de Carreira: questões técnicas e éticas”, da Abop – Associação Brasileira de Psicologia Organizacional, foi indicada Elizabeth de Lacerda Barbosa. Em seguida, Fabian Rueda mostrou os trabalhos inscritos pelos CRPs, ressaltando que apenas três mandaram trabalhos até o momento: o CRP-01/DF já enviou nove trabalhos. O CRP-08/PR inscreveu três trabalhos. O CRP-20/AM/AC/RO/RR inscreveu três trabalhos. Fabian Rueda lembrou que o prazo para inscrever trabalhos é até o dia 25 de maio, por isso, ficou combinado que essa informação será registrada na Apaf. Ele informou também que o Plenário do CFP indicou 33 trabalhos, sendo 18 da CCAP – Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica e do Grupo de Trânsito. Fabian Rueda ressaltou que no último Congresso, o Sistema Conselhos enviou mais de 150 trabalhos e apenas o CFP enviou cerca de 80. Destacou que o CFP possui 70 espaços de representação, desse modo, ainda há muitas possibilidades de inscrição de trabalho. Foi encaminhado que o assunto deve ser pautado para a reunião de presidentes que antecede a Apaf, para que os CRPs entendam a importância de inscrever trabalhos. **13. DETRAN SÃO PAULO:** Fabian Rueda informou que o Novo Código de Trânsito Brasileiro será publicado neste ano e a avaliação psicológica, provavelmente, será exigida também para a renovação da Carteira Nacional de Habilitação – CDH. Ele informou que o relator da matéria na Câmara tem sido cobrado para que se qualifiquem os profissionais que vão realizar essas avaliações, de modo que haja uniformidade nos procedimentos. Fabian Rueda participou de uma reunião articulada pelo presidente do CRP-21/PI com o Detran de São Paulo e com a Editora Vetor a respeito de um curso a ser feito em um estado, para depois ser levado para outros estados. Na discussão com o Detran foi acordado que o convênio seria realizado entre o CFP e o DETRAN/SP, sendo que o tema já foi apreciado pela Assessoria Jurídica do CFP. O objetivo é capacitar o psicólogo a ter um padrão mínimo para as avaliações. Caberá ao Detran o contato e a convocação dos psicólogos credenciados. O Detran fornecerá a estrutura física e o certificado. O CFP irá elaborar o conteúdo programático e definir os capacitadores. A Assessoria Jurídica

do CFP solicitou uma justificativa aprovada pelo Plenário para sustentar o convênio. O documento foi projeto para leitura e foi aprovado por unanimidade. **14. GT MOBILIDADE URBANA:** Fabian Rueda informou que Alessandra de Almeida do CRP-03/BA foi indicada para e compor o GT. O nome foi aprovado pelo Plenário. **15. INFORME SOBRE O FNTSUAS (FÓRUM DOS TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL):** Célia Zenaide contou que dia 6 houve reunião do FNTSUAS e 7 e 8 de abril foi a plenária. Havia impasses para a candidatura do CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social, assim, o CFP moveu recurso e está habilitado para participar da eleição do CNAS. A eleição será no dia 4 de maio. Célia Zenaide explicou que o impasse de agora é que há 13 entidades habilitadas no eixo trabalhadores, sendo que nove compõem o FNTSUAS e quatro não. O CFP está em conversa dentro do fórum para pensar como será essa eleição. **16. POSSIBILIDADE DE ELABORAÇÃO DE RESOLUÇÃO SOBRE DURAÇÃO MÍNIMA DE SESSÕES DE PSICOTERAPIA:** Jureuda Guerra informou que Rosane Lorena Granzotto fez uma série de ponderações sobre o assunto. A sugestão dela é que o Conselho não pode determinar o tempo mínimo das sessões de psicoterapia, pois isso depende da teoria adotada entre outros aspectos. Ela concluiu que o tempo de sessão deve estar desvinculado do valor da sessão. Sandra Spósito sugeriu fazer um documento norteador para o oferecimento de psicoterapia nos planos de saúde e nas clínicas, com base no respeito à autonomia dos psicólogos para a escolha de sua base teórica e montagem de seu *setting* terapêutico. Seria uma carta de recomendação para ser levada aos convênios, à ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, e às clínicas. O posicionamento de Rosane Granzotto e a sugestão de Sandra Spósito foram acatados. **17. RESOLUÇÕES CFP nº 001/1999 e 001/2018– AÇÕES PARA O DIA 17 DE MAIO (LGBTFOBIA).** Sandra Spósito falou da importância de fazer alianças para a divulgação das resoluções que têm sofrido ataques. A primeira ação pensada se refere ao abaixo-assinado criado pela All Out desde a publicação da liminar: “Diga não a cura gay”, que tem mais de quarenta mil assinaturas. Ela destacou que agora é preciso definir o que fazer com essas assinaturas. Sandra Spósito explicou que há a ideia de se realizar um momento no Congresso Nacional para a entrega dessas assinaturas. Isso seria articulado com movimentos sociais e parlamentares afinados com a questão LGBT. Pode-se também realizar um evento com parceiros, próximo ao dia 17 de maio, para fazer a entrega das assinaturas com transmissão ao vivo em uma audiência pública. Essa proposta foi aprovada pela plenária. Sandra Spósito informou que o site da despatologização foi atualizado para o dia 29 de janeiro. Ela contou também que a história da defesa da Resolução CFP nº 001/1999 será colocada no portal e lembrou que Resolução CFP nº 001/2018 também está sofrendo ataques. A conselheira pediu sugestões de ações para o dia 17 de maio. Daniel Arruda (Gerência de Relações Institucionais) destacou que no dia 31 de maio haverá a parada LGBT em São Paulo, que é um evento que marca as demais atividades dessa temática. Jureuda Guerra recomendou que nos debates sobre o tema sempre haja psicólogos. **18. VIII SEMINÁRIO NACIONAL DE PSICOLOGIA E DIREITOS HUMANOS:** Paulo Maldos deu o informe de que Cecília Coimbra estará no evento e será homenageada. Haverá transmissão ao vivo e já há setecentas inscrições. Paulo Maldos destacou que o evento será no auditório da Escola Parque e isso é importante do ponto de vista de ocupar o espaço público. Ficou deliberado que as inscrições do evento devem ser reabertas, apesar de o auditório comportar apenas quatrocentas pessoas. Ficou deliberado que Paulo Aguiar e Norma Celiane também virão para o Seminário. **19. CFP SELECIONADO PARA O COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS -**

CNEDH: Paulo Maldos deu o informe de que o CFP participou de uma seleção bem disputada por meio de edital e foi escolhido para ocupar vaga no Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Os representantes serão Regina Pedroza e Paulo Maldos. Ele esclareceu que os currículos dos candidatos e as publicações da entidade foram avaliados, de modo que o CFP foi bem reconhecido. Paulo Maldos avaliou que haverá muita tensão porque será um espaço de muita disputa da sociedade civil com o Estado. **20 COMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES, DA POPULAÇÃO LGBTI, PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E ENFRENTAMENTO AO RACISMO:** Paulo Maldos informou que o CFP lutou pela criação dessas comissões e elas ganharam muita importância. Ele informou que em 10 de abril, o CNDH realizou, com participação do CFP, a primeira reunião da Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI, Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo. A 2ª Reunião da Comissão está prevista para 12 de junho de 2018. **21. PONTO APAF - FÓRUM DE COMISSÕES DE PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO DOS CRS - CURITIBA/PR:** Norma Celiane indicou que o assunto deve ser enviado para a Apaf, como já combinado em plenária anterior, mas ela pediu para Elizabeth de Lacerda Barbosa explicar sobre o assunto. Neste momento, Marisa Helena informou que é preciso votar a respeito do edital de fomento para eventos de Psicologia e o ponto foi interrompido. Passou-se ao ponto **22. EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2017 - HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO - 2º SEMESTRE:** Marisa Helena explicou que há três faixas de acordo com o tipo de evento e valor de financiamento: faixa 1 (Eventos que estão até a 3ª edição) com recurso disponível: R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais). Recurso orçado: R\$ 101.373,60 (cento e um mil trezentos e setenta e três reais e sessenta centavos); faixa 2 (Eventos que estão entre a 4ª e 6ª edição) com recurso disponível: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) . Recurso orçado: R\$ 26.813,20 (vinte e seis mil oitocentos e treze reais e vinte centavos); faixa 3 (Eventos que estão acima da 6ª edição) com recurso disponível: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) . Recurso orçado: R\$ 44.955,20 (quarenta e quatro mil novecentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos). Em seguida, Marisa Helena apresentou a lista de propostas beneficiadas e o plenário homologou esse resultado. Norma Celiane Cosmo encerrou a reunião às dezessete horas e trinta minutos. Esta ata foi lavrada por mim, Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, Vice-Presidente do CFP, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados.

Handwritten signatures in blue ink:
- Regina Pedroza
- Paulo Maldos
- Elizabeth de Lacerda Barbosa
- Norma Celiane Cosmo
- Marisa Helena
- Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega